



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA  
SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA  
CÂMARA TEMÁTICA DO AGROCARBONO SUSTENTÁVEL**

**Memória da 10ª Reunião Ordinária da Câmara Temática de Agrocarbono Sustentável**

**Data:** 18 de março de 2026

**Horário:** 14h

**Local:** Auditório Paule Jeanne – Embrapa Sede, Brasília/DF

**Pauta**

1. Abertura da 10ª Reunião Ordinária, pelo Presidente da Câmara Temática, Eduardo Brito Bastos  
- Plano 2026
2. Avisos e informações da Secretaria da Câmara;  
- Aprovação da memória da 9ª RO da Câmara
3. Atualização dos GT's  
GT Rastreabilidade, GT Taxonomia, GT Mercado de Carbono-regulação, GT Mercado de Carbono-metodologias e GT Investidores
4. Potencial socioeconômico de práticas sustentáveis para a agropecuária. Guilherme Bastos- Coordenador da FGV Agro
5. Implementação da Estratégia Nacional de REDD+ e o uso de instrumentos de mercado de carbono para mitigação de gases de efeito estufa (GEE)- Beatriz Soares da Silva, Diretora-DIMER/MMA
6. Implementação do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE)- Luísa Panico, Coordenadora-Geral de Gestão-SEMC/MF
7. Assuntos Gerais e encaminhamentos;
8. Encerramento.

**1. Abertura**

**Fertilizantes e Dependência Externa (PROFET):** Foi relatada a participação recente na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) onde se debateu o Programa Nacional de Fertilizantes (PROFET). Destacou-se a urgência em utilizar o gás abundante e as fontes de energia do país para a produção local de fertilizantes nitrogenados, reduzindo a vulnerabilidade externa do Brasil (atualmente, 35% do fertilizante nitrogenado importado transita pelo Estreito de Ormuz).

**Impacto de Custos no Campo:** O milho de segunda safra (safrinha) enfrenta forte pressão devido aos custos do nitrogenado, que saltou de R\$ 300 (no ano anterior) para R\$ 450 na virada do ano, atingindo picos de R\$ 650 em decorrência de conflitos geopolíticos. O óleo diesel também registrou valores proibitivos em algumas regiões, chegando a R\$ 9,00 o litro.

**Biodiesel:** Como solução de descarbonização e soberania energética, foi articulado o adiamento de uma votação regulatória para incluir formalmente a proposta de elevação da mistura obrigatória de biodiesel no diesel, visando avançar do patamar B15 para B17.

**2. Atualização dos Grupos de Trabalho (GTs)**

Atualmente a Câmara conta com 5 Grupos de Trabalho (GTs) ativos:

**GT de Rastreabilidade, GT de Taxonomia e GT de Investidores. GT de Regulação:** Desmembrado do antigo grupo de mercado de carbono, este GT focará em aprimorar marcos regulatórios e detalhar o decreto do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE). **GT de Metodologia:** Nova frente técnica dedicada exclusivamente à mensuração, reporte e verificação (MRV) e ao refinamento dos fatores de emissão tropicais.

### 3. Pauta Técnica e Metodologias Tropicais

**Refinamento Científico:** Enfatizou-se a necessidade de gerar dados acurados que diferenciem a pecuária e a silvicultura tropicais dos padrões globais (ex: métricas específicas para raças como Nelore vs. Angus, emissões de pasto recuperado vs. degradado).

**Estoque de Carbono:** Dados internos ilustram que o eucalipto (principal árvore plantada no país) estoca em média 197 toneladas de carbono por hectare. Já o restauro e a conversão de pastagens degradadas para sistemas integrados (grão-pasto-floresta) capturam volumes expressivos e precisam ser computados para otimizar os inventários nacionais.

**Sistemas ILPF:** A Embrapa projeta que o Brasil possui cerca de 21 milhões de hectares sob o sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) (embora o dado oficial conservador registre 17,4 milhões). Sistemas robustos de ILPF capturam aproximadamente 8 toneladas de carbono por hectare ao ano, demandando forte embasamento científico para sua correta precificação internacional.

### 4. Direcionamento Estratégico Global: Roteiro para as COPs

**Ciclo COP 30 e COP 31:** O moderador alertou contra a percepção errônea do setor de que os esforços cessariam após a realização da COP 30 no Brasil. Para o agronegócio, a **COP 31 é a rodada mais crítica**, pois encerra o atual mandato internacional da agricultura. Caso o Brasil e seus parceiros não coordenem a criação de um novo mandato, o setor corre o risco de perder protagonismo e ser pautado externamente como polo emissor, ou seja, vilão.

**Articulação Internacional:** Estão sendo desenhadas agendas intermediárias para a Turquia (país cotado para sediar a COP 31) e para as reuniões técnicas de meio de ano em Bonn (*Subsidiary Body for Scientific and Technological Advice - SBSTA*), onde o Brasil defenderá o conceito de "medição tropical" de emissões.

**Roadmaps Globais:** Foi celebrada a entrega recente do "Mapa do Caminho dos Biocombustíveis" ao Embaixador André Corrêa do Lago. O plano reflete as metas de Belém para quadruplicar a presença de biocombustíveis na matriz energética global (saindo de 1% para 4%). Rechaçou-se o argumento externo de que o avanço energético competiria com a segurança alimentar (*food versus fuel*), consolidando a tese brasileira do *fuel for food* (produção combinada e verticalizada).

### 5. Regulação Nacional e Mercado de Carbono

**Alinhamento de Expectativas:** Esclareceu-se que a adoção de "boas práticas" agrícolas resulta primariamente em mitigação ou captura, mas não se converte automaticamente em créditos transacionáveis instantâneos. A geração de um crédito de carbono formal exige inventários rígidos e leva de 2 a 4 anos em média no agro.

**Secretaria Extraordinária:** A criação da Secretaria Extraordinária de Mercado de Carbono no Ministério da Fazenda foi elogiada como um marco institucional positivo.

**Representação no CTC:** Houve a consolidação do Comitê Técnico Consultivo (CTC) permanente da Fazenda, contando com assentos diretos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), assegurando voz ao setor de biocombustíveis e à agropecuária primária, mesmo esta não sendo diretamente regulada de forma compulsória pela lei.

## 6. Plano Clima

**Criação de Categoria Específica:** O governo federal cedeu às discussões técnicas e estruturou uma 8ª categoria no Plano Clima, isolando as emissões diretas da produção agropecuária e florestal das emissões geradas por conversão de uso da terra e desmatamento.

**Metas de Intensidade:** O teto setorial estipulado para o período de 2022 a 2030 prevê uma flutuação controlada de 643 para 649 milhões de toneladas emitidas. Como o volume total de produção nacional continuará crescendo em safras e arrobas, o cumprimento desta meta exigirá, de forma vinculante, uma redução agressiva na *intensidade de emissões por tonelada/saca produzida*. O Plano ABC terá papel central nessa trajetória de mitigação.

## 7. Finanças Verdes: Programa Eco Invest Brasil

**Aporte Recorde:** Registrou-se e agradeceu-se o empenho das equipes técnicas do MAPA e do Tesouro Nacional na consolidação do programa **Eco Invest Brasil**, que alocou um montante expressivo de R\$ 129 bilhões em recursos voltados a finanças sustentáveis. Deste total, cerca de R\$ 30 bilhões destinam-se exclusivamente à recuperação de pastagens dentro do programa Caminho Verde, além de aportes expressivos nos leilões voltados às indústrias de celulose (papeleiras) e etanol de milho.

**Mecanismo Financeiro:** O recurso captado no exterior possui um custo base altamente atrativo, embora a taxa final ao produtor incorra em custos de observância e *spreads* bancários ao ser combinada com o capital de giro tradicional dos bancos repassadores. O Eco Invest consolida a tese prática de que a sustentabilidade assegura taxas finais inferiores às do Plano Safra convencional.

**Impacto Indireto no MRV:** Para fins de conformidade e governança, as 10 instituições financeiras qualificadas no programa serão obrigadas a comprovar cientificamente que os projetos financiados não elevaram as emissões de carbono. Essa exigência contratual forçará uma aceleração orgânica e de mercado nos métodos de Medição, Reporte e Verificação (MRV) no campo.

Por fim, foi formalizada uma parceria técnica-científica batizada provisoriamente como "Aliança do Carbono" (Nova Carbono Brasil), capitaneada pelo Centro de Carbono da USP (Esalq), Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e Embrapa. O consórcio atuará diretamente no suporte ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para refinar e detalhar a árvore de fatores do inventário nacional de emissões da agropecuária.

As gravações das reuniões ficam arquivadas nesta Coordenação-Geral e poderão ser disponibilizadas a qualquer momento, quando solicitado, para membros das câmaras.

As apresentações feitas na reunião, que forem disponibilizadas pelos palestrantes, serão publicadas no site das Câmaras: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas>